

LULA, ROMPA RELAÇÕES COM O ESTADO GENOCIDA DE ISRAEL!

Páginas 8 a 10



PRIVATIZAÇÃO É APAGÃO

Apagão em São Paulo
deixa milhões sem luz e
causa revolta do povo

Páginas 5

20 DE NOVEMBRO

Ter consciência
negra é lutar contra
o capitalismo

Páginas 16



CHARGE



FALOU BESTEIRA

“

Esta é uma das possibilidades [o uso de armas atômicas em Gaza]

”



Amichai Elyahu, ministro do Patrimônio do governo israelense de Netanyahu. “Explodir e arrasar tudo, que delícia”, acrescentou o ensandecido Amichai. Israel detém 200 bombas atômicas.

MUNDO REAL

Levantando a capivara de desmatador

Um levantamento feito pelo site The Intercept Brasil, com base em dados de relatórios do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), aponta que Elmar Cavalcante Tupinambá, o avô de Agenor Tupinambá, um influenciador que se tornou conhecido após ser multado por transformar uma capivara em um animal de estimação, está entre os maiores desmatadores da Amazônia. Segundo a reportagem, dos 506 focos de incêndio registra-



dos em outubro no Amazonas, 258 foram em Autazes – cidade localizada a 112 quilômetros da capital Manaus. Desde 2005, o município, devido ao desmatamento, perdeu ao menos 580 hectares de floresta. Elmar Tupinambá consta como um dos responsáveis

pelo desmatamento de Autazes, sendo responsável por 42% do desmatamento registrado no município nas duas últimas décadas. Em fevereiro de 2022, ele foi multado no valor de R\$ 1,2 milhão, pelo Ipaam, por destruir mais de 240 hectares de floresta nativa.

PISTOLAGEM

Líder quilombola é assassinado no Maranhão

José Alberto Moreno Mendes, de 47 anos, conhecido como Doca, foi assassinado a tiros no final da tarde do último dia 27, na comunidade Jaibara dos Rodrigues, integrante do Território Quilombola Monge Belo, em Itapecuru-Mirim, a 122 Km de São Luís (MA). Dois homens se aproximaram em uma motocicleta (bros) preta, sem placa. Um deles desceu do veículo e disparou cinco tiros contra José Alberto Moreno Mendes, que morreu no local. Doca era uma das lideranças quilombolas da região. A comunidade levanta a hipótese de que o assassinato esteja ligado à violência provo-



cada por grilagem de terras, que atinge os povos e comunidades tradicionais do Maranhão. O Território Monge Belo tem 7.228 hectares e compreende oito comunidades sediadas nos municípios de Itapecuru-Mirim

e Anajatuba. As terras ficam situadas às margens dos campos inundáveis fartos em recursos naturais, que proporcionam o cultivo de peixes em açudes, agricultura familiar, extrativismo e criação de gado.

SOLIDARIEDADE À PALESTINA!

FAÇA SEU CADASTRO NO SITE E BAIXE GRATUITAMENTE OS LIVROS EM PDF:



Sundermann
WWW.EDITORASUNDERMANN.COM.BR (11) 98649-5443



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

✉ opinioao@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Do Brasil a Gaza, quem são os responsáveis pelas catástrofes

Em São Paulo, mais de 2 milhões viveram um apagão de 5 dias. A causa disso não foi nenhuma obra da natureza. Na verdade, mesmo a tempestade é decorrente da ação humana e da destruição ambiental.

O que o apagão revela, porém, é o resultado da privatização do sistema elétrico. É muita cara pau que a italiana Enel, que controla a energia em São Paulo, afirme que a qualidade do sistema não diminuiu após a privatização. Demitiram 36% dos trabalhadores, tiveram lucros recordes, deixaram o serviço pior, mais caro, e a população no escuro.

Está aí o resultado da entrega de um setor estratégico do país para monopólios privados estrangeiros. Infelizmente, praticamente todo o setor elétrico já foi privatizado e desnacionalizado. Neo-energia é espanhola, a Copel é dos EUA e a CPFL, chinesa. A privatização da Eletrobras foi para um fundo de Cingapura, além dos três golpistas das Americanas.

Agora, em São Paulo, o governador Tarcísio quer entregar a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), o metrô e os trens. Em Minas Gerais, Zema quer vender a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). Os governadores de direita, privatistas, defendem abertamente os interesses dos ricos. Mas Lula, ao invés de reverter as privatizações, as fortalece através das Parcerias Público-Privadas que incluem até presídios.

DINHEIRO PARA OS RICOS

O debate sobre o governo zerar ou não o déficit não é sobre investimento nas áreas sociais. Se compararmos saúde, educação ou moradia com o quanto já foi de isenção



Polícia reprime protesto contra falta de energia elétrica em São Paulo

para os grandes empresários e banqueiros, veremos o que está em jogo. Só para o centrão foram liberados R\$ 24 bilhões este ano. Na verdade, o real interesse do governo é garantir um orçamento para seu projeto econômico de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

Muitos olham com certa simpatia para o discurso do Lula na esperança de ter emprego, bons salários e algum desenvolvimento. O problema é que as multinacionais estão pouco se lixando para o Brasil. Só no ano de 2021, as montadoras tiveram R\$21 bilhões em benefícios fiscais, no governo Bolsonaro. Mas Lula não mudou isso, só deu ainda mais isenção. A BYD na Bahia ganhou isenção de 95% do ICMS pelas mãos do governo petista.

EXEMPLO DE LUTA

A GM anunciou a demissão de mais de 1200 operários. Enquanto o governo libera bilhões em benefícios, eles batem recordes de lucros, investem o mínimo no país, levam os lucros para o exterior e, quando podem, demitem todo mundo. Os operários da GM realizaram uma gigantesca greve, impondo uma derrota à patronal, mostrando o poder que tem quando unidos, organizados e em luta

Estes capitalistas são os responsáveis pelas mazelas sociais no Brasil. Recentemente, o Ministério Público denunciou o Banco do Brasil pela sua participação no tráfico de negros escravizados. Isso demonstra que tanto o Estado brasileiro, quanto a burguesia e o imperialismo, construíram suas riquezas em cima do sangue e suor do povo negro escravizado, e da classe trabalhadora superexplorada. Então, nada mais justo que uma política de reparação histórica que passe pela expropriação de todo esse capital e riqueza acumulada.

Esses países capitalistas e imperialistas que exploram o Brasil são responsáveis pelas maiores barbaridades e violências da história humana.

RUPTURA COM ISRAEL JÁ!

Na Faixa de Gaza o governo israelense, com o apoio dos EUA e dos principais países da Europa, promove um banho de sangue em prol do colonialismo. Não tem nada a ver com religião. São homens capitalistas comandando uma máquina de guerra massacrando um povo em nome dos lucros das multinacionais dos EUA, Europa e Israel.

É uma vergonha que Lula ainda não tenha sequer convocado o embaixador, ou tomado uma atitude severa contra o Estado Israelense. Lula

deveria romper relações econômicas, militares e diplomáticas com Israel. Não fazer isso é ser conivente com genocídio e limpeza étnica. Também é vergonhoso Guilherme Boulos e o PSOL não se posicionarem categoricamente em defesa dos palestinos, por eleitoralismo, conciliação de classes e pragmatismo.

LUTAR CONTRA O CAPITALISMO E SEUS GOVERNO

Todas essas catástrofes no mundo ocorrem pela forma como a sociedade capitalista funciona. A burguesia de diferentes países, sob diversas formas, promove isso para garantir seus interesses e seguir lucrando, custe quantas vidas tiver que custar.

Isso faz com que tenha tudo a ver a greve da GM, o plebiscito e a luta contra as privatizações em São Paulo e Minas Gerais, com a luta por reparação ao povo negro neste mês de luta contra o racismo, conectado à luta de libertação nacional dos palestinos. É preciso reparação e igualdade salarial, além de pleno emprego. Autodefesa para enfrentar a ultradireita. Não precisamos de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) que empodera as Forças Armadas e grupos golpistas bolsonaristas. É preciso unificar as nossas lutas e as nossas bandeiras.

Se o governo Lula quisesse, de fato, aumentar os investimentos nas áreas sociais, seria só parar de pagar a dívida pública. Se a riqueza acumulada pelas 200 maiores empresas do país, incluindo as multinacionais, fosse expropriada e colocada sob controle dos trabalhadores, e as empresas privatizadas reestatizadas, teríamos condições de colocar um grande volume de riqueza, que hoje serve ao luxo e especulação de meia dúzia, a serviço do desenvolvimento do país.

Já a ruptura das relações com Israel é parte de uma luta pela soberania do Brasil em relação ao imperialismo mundial. O Brasil deve romper com o imperialismo como parte da luta pelo socialismo, pelo fim de toda forma de exploração e de opressão, pela igualdade e condições dignas de vida para a maioria do nosso povo, em defesa do meio ambiente e do nosso planeta.

A cada dia que passa, diante das decisões que toma o governo Lula, vem se mostrando acertada a necessária construção de uma oposição de esquerda socialista e revolucionária ao governo. Enquanto grande parte da esquerda capitula ao governo, não critica arcabouço fiscal e fica muda diante do maior genocídio dos últimos tempos.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3SYPGDL](https://bit.ly/3SYPGDL)

GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Decreto de Lula dá poder de polícia às Forças Armadas e não resolve violência

Todas as intervenções foram um enorme fracasso e o crime organizado só cresceu no Brasil desde então

ASDRÚBAL BARBOZA,
DE SÃO PAULO (SP)

Menos de uma semana após ter afirmado para jornalistas, no dia 27 de outubro, que, “enquanto for presidente, não tem Garantia da Lei e da Ordem”, Lula assinou uma GLO no dia 1º de novembro, instrumento do famigerado artigo 142 da Constituição, que trata do papel das Forças Armadas no país.

Esta medida garante poderes especiais às Forças Armadas (FFAA). Por exemplo, libera a atuação de 3.700 militares nos portos e aeroportos e no reforço do efetivo nas fronteiras e permite um aumento do efetivo e de equipamentos para a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional, em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e

Paraná. O decreto de GLO vai durar até maio do próximo ano.

Uma legislação que já foi utilizada várias vezes por Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, e nunca resolveu problema algum. Agora, a justificativa seria conter o avanço do crime organizado, em meio aos reflexos recentes na escalada de violência no Rio de Janeiro.

Com certeza, a medida surpreendeu até os seus apoiadores mais convictos. Afinal, a população votou em Lula para tirar Bolsonaro e os militares do poder, e o governo do PT faz exatamente o mesmo que o governo anterior: não pune os militares golpistas de alta patente e, ainda, passa parte da segurança pública diretamente para eles.

Sem enfrentar as causas fundamentais e estruturais que poderiam resolver o problema,

a medida visa os interesses eleitorais imediatos. Tem até data para terminar: maio de 2024. Como se o problema pudesse ser resolvido em seis meses e com uma força-tarefa em três portos e dois aeroportos.

UMA MEDIDA INEFICIENTE

A GLO de Lula não é apenas inútil. Já está provado que envolver as FFAA na segurança pública não tem utilidade alguma e vai é causar mais danos ao país.

Para começar, os militares não foram treinados para isso. Os próprios auditores fiscais afirmam que os militares não têm a experiência necessária para as tarefas de fiscalização, como leitura de escâneres e monitoramento de contêineres.

Além disso, até hoje não está explícito como se deu a participação da cúpula destas Forças Ar-



Exército em comunidade no Rio de Janeiro

madas na tentativa de golpe de 8 de janeiro deste ano e, também, os oficiais de alto escalão não foram punidos. Se não bastasse, há vários oficiais e soldados envolvidos em denúncias de corrupção, tráfico de drogas e roubo de armas.

A decisão de Lula só vai servir para fortalecer os seto-

res mais retrógrados das Forças Armadas, colocando o governo Lula, nesse aspecto, no mesmo patamar de Bolsonaro. Vai continuar passando a ideia de que seria correta a utilização das FFAA em supostas situações de “graves perturbação da ordem”.

CONCILIAÇÃO

A polícia de Lula fortalece a direita



Metralhadoras furtadas do exército no RJ.

O governo Lula não quer conflito com os grupos da direita e da extrema direita. Nada foi feito para combater ou solucionar os assassinatos na Baixada Santista pela polícia do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), onde 28 pesso-

as foram assassinadas. O ministro de Direitos Humanos, Silvio Almeida, não fez absolutamente nada.

Os crimes contra os povos indígenas continuam e nem mesmo são apurados. O ministro Flávio Dino quer defender as instituições policiais e militares e de maneira nenhuma pretende combater a estrutura corrupta da polícia e das Forças Armadas.

É preciso que as entidades da classe trabalhadora e do movimento popular (sindicatos, associações de bairros, de luta por moradia etc.) avancem na discussão da necessidade da auto-organização para a auto-defesa, coletiva e organizada. Só assim será possível enfrentar a violência, tanto do crime organizado, inclusive das milícias, como aquela oficial, vinda do Estado.

PROGRAMA

Para combater violência é preciso atacar a miséria e a fome



A primeira medida para se combater o crime organizado é combater a miséria e a fome da maioria da população. A saída para o problema de segurança pública passa pela ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais, como Educação, Saúde, geração de empregos, saneamento e moradia.

Para isso, também é preciso expropriar as grandes empresas capitalistas. Em vez de fazer isso, o governo Lula mantém o Arca-

bouço Fiscal e o Teto de Gastos, que privilegiam o grande capital e os banqueiros, em particular. As principais vítimas da violência são o povo pobre e negro das comunidades carentes, com o crescente extermínio da juventude negra das periferias.

CONTROLE SOCIAL PARA GARANTIR A NOSSA SEGURANÇA

Junto com isso, deve-se, ainda, desenvolver o controle do aparato da repressão do Estado pelas entidades da classe trabalhadora. Como parte deste projeto, a desmilitarização da Polícia Militar é fundamental. Visando construir uma polícia civil única, controlada pelas entidades de classe e os movimentos sociais que lutam pelos direitos humanos. Outro elemento fundamental é descriminalização das drogas, que acabaria com o tráfico e, con-

sequentemente, toda a violência gerada por ele.

Bolsonaro degradou toda a estrutura de políticas públicas e sociais e deu apoio político aos grupos armados, com o discurso de “bandido bom é o bandido morto”. O governo Lula não está revertendo o problema estrutural e vem mantendo a mesma dinâmica do governo anterior.

Construir um programa dos trabalhadores e dos setores mais oprimidos da sociedade é fundamental para acabar com esta violência que atinge principalmente a população mais carente e a classe trabalhadora.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/49V3ETW](https://bit.ly/49V3ETW)

SAIBA MAIS



Leia a matéria completa no Portal do Opinião Socialista

APAGÃO EM SÃO PAULO

A culpa é dos governos e da Enel, não da chuva

É preciso reestatizar, já, o sistema elétrico e parar com todas as privatizações de Tarcísio de Freitas. Quando fechávamos essa edição, protestos espontâneos começavam a surgir nos bairros, como em Capão Redondo, na Zona Sul.

DEVVIS BARROS,
DE SÃO PAULO (SP)

As fortes chuvas que ocorreram em São Paulo na sexta-feira, dia 3, causaram sete mortes. Lamentamos e nos solidarizamos com amigos e familiares das vítimas.

Além das mortes, as chuvas intensas, reflexo das mudanças climáticas que o capitalismo está causando em nosso planeta, geraram destruição e um forte apagão que deixou mais de 2 milhões de paulistas sem energia elétrica e com dificuldades no fornecimento de água e de internet.

O professor Edu Silva, militante do PSTU na Zona Sul de São Paulo, que ficou em meio ao apagão, relatou ao Opinião que, “no Jardim São Luís, ficamos mais de 60 horas sem energia, racionando água e com a internet oscilando. Para carregar os celulares, os moradores tinham

que ir aos terminais de ônibus e usar seus carros. Muita gente teve que jogar comida fora. Desde sexta, ligamos para a Enel e, até sábado, nenhum canal de comunicação funcionava. A noite ficava tudo escuro e inseguro para quem voltava do trabalho”.

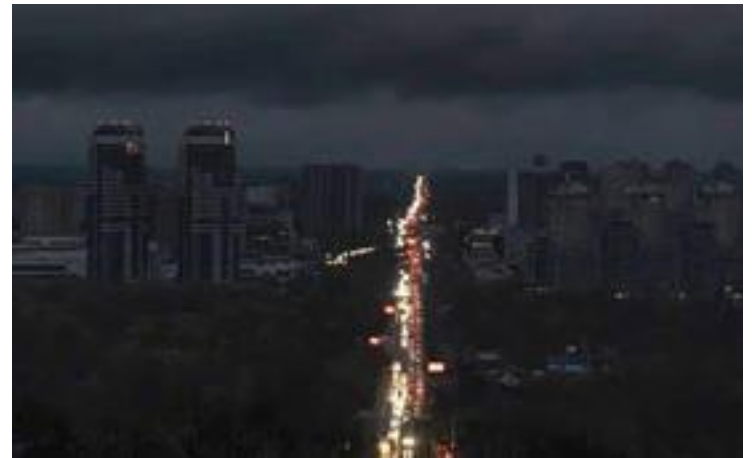
O governador Tarcísio (Republicanos), o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e a direção da empresa que administra o serviço de energia, a multinacional italiana Enel, dizem que a culpa foi das chuvas, principalmente pela grande quantidade de árvores que caíram sobre fiações. Mas isso não é verdade.

A demora para o reestabelecimento do fornecimento de energia (e mesmo o fato de que chuvas causem um apagão dessa dimensão) é reflexo de um serviço privado em que a empresa, para aumentar seus lucros, corta custos e não faz investimentos em melhorias.

PRIVATIZAÇÃO É CAOS

Há anos que se discute em São Paulo, como solução viável para evitar apagões, o aterramento da fiação elétrica, importante também para a diminuição da poluição visual e preservação das árvores. Mas, como o que é prioridade para a Enel e para os governos do nosso país que sustentam esse serviço privado, é remuneração dos acionistas da empresa, os devidos investimentos são sempre jogados pra frente.

Não é novidade para ninguém em São Paulo que o serviço da Enel é de péssima qualidade. Na verdade, a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) classifica a Enel São Paulo na 19ª colocação entre as grandes distribuidoras de energia do país. E isso não acontece porque a multinacional ita-



liana esteja na penúria. Muito pelo contrário.

A Enel comprou a antiga Eletropaulo em 2018. De 2019 pra cá, a empresa dobrou seu lucro e, ao mesmo tempo, reduziu em 35% o número de funcionários que prestam serviço para a população. Só em 2022 foram R\$ 1,4 bilhão de lucro para distribuir para seus acionistas (principalmente para o governo ita-

liano e rentistas dos EUA e Europa), enquanto o povo de São Paulo sofre com a comida estragando na geladeira pela falta de energia.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3U4GG6E](https://bit.ly/3U4GG6E)

URGENTE**Reestatizar toda produção e distribuição de energia no país**

Não dá pra deixar um serviço tão essencial quanto a produção e distribuição de energia nas mãos de parasitas do mercado financeiro e de empresas estrangeiras. É preciso reestatizar a Eletrobrás e a Enel imediatamente. É mentira que a administração privada é mais eficiente que a administração pública. Quem deve administrar esses serviços essenciais são os trabalhadores e a população que usam os serviços.

As tarifas exorbitantes que são cobradas podem, dessa forma, ser reduzidas e os lucros das empresas poderiam ser usados para a melhoria dos serviços, ao invés de só servirem para encher o bolso de meia dúzia de bilionários.

PRIVATIZAÇÃO É APAGÃO

É preciso barrar as privatizações de Tarcísio



O governador Tarcísio de Freitas enviou à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) um projeto para privatizar a companhia de água e saneamento estadual (Sabesp) e pretende, em breve, encaminhar a privatização do Metrô e do que sobrou da CPTM (trens).

Diante do caos do apagão, o governador diz que o problema é que o contrato de priva-

tização da antiga Eletropaulo foi “fraco”, mas que as privatizações da Sabesp, do Metrô e da CPTM vão ser feitas com contratos “fortes”. Isso é puro jogo de palavras e enganação.

O problema de fundo é que a privatização entrega, na mão de empresas privadas (muitas vezes estrangeiras, como no caso da Enel), serviços essenciais, como a distribuição de energia e de água. Essas empresas estão preocupadas em dar lucros, não em atender a população com qualidade.

Existem exemplos de sobra, tanto nas privatizações em São Paulo como em outros estados e em nível federal, de que privatizar é bom apenas para os bilionários e péssimo para o povo trabalhador. O caso do apagão da Enel é mais um exemplo cabal desse fato.

GOVERNO FEDERAL

Governo Lula também é responsável

A privatização da Eletrobrás, feita pelo governo Bolsonaro e mantida pelo governo Lula, entregou a produção de energia elétrica no país nas mãos dos mesmos parasitas do mercado financeiro que quebraram as Lojas Americanas. O apagão que atingiu 25 estados brasileiros em agosto passado é reflexo da privatização e do sucateamento do sistema elétrico nacional a serviço desses “investidores” privados.

Além disso, o controle e fiscalização da distribuição de energia nos estados é de responsabilidade



do governo federal, através da Aneel. O governo Lula, através do Ministério de Minas e Energia, após o apagão em São Paulo, mandou que a Aneel apurasse se houve negligência e se é necessário que a empresa seja multada. Mas isso é absolutamente insuficiente.

VITÓRIA

Forte greve operária obriga GM a anunciar o cancelamento de todas as demissões

ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

A General Motors (GM) anunciou, no dia 4 de novembro, o cancelamento das 1.245 demissões nas fábricas de São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes, todas no interior de São Paulo. O comunicado foi emitido após o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ter rejeitado o pedido de liminar da montadora para que as demissões fossem mantidas, confirmando a determinação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª. Região, que havia atendido pedido do Ministério Público para que as demissões fossem canceladas, após manifestação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (filial à CSP-Conlutas).

O cancelamento das demissões é resultado da forte greve das operárias e operários da GM, que aprovaram a paralisação em assembleia no dia 22 de outubro, um dia após a montadora demitir os trabalhadores, sem prévia negociação com os sindicatos e de forma covarde por telegrama e e-mail.

“Realizamos uma forte greve unitária entre todos os trabalhadores das três cidades. Isso foi histórico. Com a forte participação da base, que realizou piquetes 24 horas na porta da fábrica, demonstrando a sua força e disposição de luta em defesa dos empregos. Isso obrigou a GM a cancelar as demissões. Arrancamos a vitória na Justiça e na luta direta”, pontua Weller Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgi-



Cenas de piquete se mobilizações da greve da GM

cos de São José dos Campos e Região e militante do PSTU.

Quando fechávamos essa edição do Opinião Socialista, os operários da GM, das três fábricas, seguiam em greve.

Os três sindicatos estavam em negociação com a montadora, que afirmou na reunião o cancelamento das demissões. As negociações seguiam para debater outras pendências e fe-

char uma proposta a ser apresentada às operárias e operários em assembleia.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/40SSJ7](https://bit.ly/40SSJ7)

REESTRUTURAÇÃO

Estudo demonstra que não existe crise na GM



Cenas de piquete se mobilizações da greve da GM

O estudo realizado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), baseado nos dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), mostra que a montadora teve um aumento na produção de 48,5% entre 2021 e 2022. Com isso, passou para o segundo lugar entre as montadoras no país, atrás apenas da FCA (Grupo Fiat).

Percentualmente, a GM foi responsável por 17,4% da produção nacional de automóveis em 2022, contra os 12,3% em 2021.

Esse crescimento também se deu em sua produção mundial, conforme dados da própria empresa. A arrecadação total da empresa passou de 127 bilhões de dólares para 156,7 bilhões.

Os dados mostram que a GM não passa por uma crise. O que

ocorre é a reestruturação com substituição da matriz produtiva, acompanhada de um aumento da produção e de redução dos empregos. Ou seja, uma superexploração da classe operária brasileira e mundial. Motivos também que levaram os operários da GM nos Estados Unidos a realizarem uma greve histórica em conjunto com os trabalhadores da Stellantis e Ford. Foram seis semanas de uma greve histórica e vitoriosa.

A GREVE PASSO A PASSO

<p>21/10</p> <p>GM demite, por telegrama e e-mail, 1.245 trabalhadores das fábricas de São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes.</p>	<p>22/10</p> <p>Os metalúrgicos de São José dos Campos (SJC) deflagram greve por tempo indeterminado na fábrica.</p>	<p>23/10</p> <p>1º dia de greve. Em assembleia geral unificada dos três sindicatos na porta da fábrica, metalúrgicos de SJC reafirmam a greve por tempo indeterminado. Representantes dos sindicatos de SJC, São Caetano e Mogi das Cruzes reúnem e lançam nota conjunta pela reversão das demissões. Também enviam cartas à Presidência da República, ao Ministério do Trabalho e ao Governo do Estado de SP cobrando reuniões para discutir medidas em defesa dos empregos.</p>	<p>24/10</p> <p>As centrais sindicais emitem nota conjunta contra as demissões arbitrárias realizadas pela GM.</p>	<p>25/10</p> <p>3º dia de greve, os metalúrgicos e seus familiares protestam pelo cancelamento das demissões. Em gesto simbólico, fazem um varal com cerca de 100 uniformes de trabalho e mensagens de luta na porta da unidade de São José dos Campos.</p>
--	---	--	---	--

AUTO-ORGANIZAÇÃO

Piquetes operários controlaram a greve

Em São José dos Campos, os piquetes operários, organizados nas quatro portarias da fábrica da GM, garantiram o controle da greve. Com a mais ampla democracia operária, a base participou ativamente dos piquetes. Cerca de 300 operárias e operários se revezavam nos três turnos para garantir os piquetes 24 horas. Nada entrava ou saía da fábrica sem a permissão dos piquetes.



Cenas de piquete e mobilizações da greve da GM

CONSTRUÍDA PELA BASE

Nenhum trabalhador entrou. A adesão à greve foi total. A fábrica ficou 100% parada. Nenhuma máquina foi ligada durante os dias de greve. Nenhum carro foi produzido.

“A greve foi construída com e pela base. Tivemos a participação ativa das operárias e operários da GM, que ficaram firmes no piquete. O controle da greve pela base, através dos piquetes, é parte da democracia operária que nosso sindi-

cato defende e pratica. Todos os passos da greve e ações que construímos foram decididas nos piquetes e nas assembleias com a categoria”, diz Antônio Macapá, operário da GM.

“Aqui no piquete a gente vê a nossa força. Somos nós os

responsáveis pela produção. Se a gente não entra, não tem produção. Aqui a gente discute política, discute o caminhar da greve, amplia a nossa consciência enquanto trabalhadores. Não sairemos daqui”, completa Macapá.

FAMILIARES

Os piquetes também contaram com a presença dos familiares dos grevistas. No dia 25 de outubro, eles realizaram um ato na porta da fábrica e, em um gesto simbólico, fizeram um varal com cerca de 200 uniformes de trabalho e mensagens de luta escrita pelos familiares.

“É muito importante o apoio de nossas famílias. Nos fortalece e nos dá ânimo para seguir a luta. Emocionante ler as mensagens nos uniformes. Tê-los aqui em um ato público na porta fábrica é fortalecedor e contribui para chamar a atenção da sociedade para que se una a nós nessa luta em defesa dos empregos”, finaliza Antônio Macapá.

MILITÂNCIA

O PSTU na greve da GM

A militância do PSTU está ativa na greve. O partido tem um histórico trabalho junto à classe operária de São José dos Campos. Nossos militantes das diversas fábricas da região intervêm junto ao sindicato, na defesa da democracia operária, da participação e do controle da base, para manter a entidade sindical no caminho das lutas, com autonomia e independência de classe.

NO DIA-A-DIA

“Os militantes do partido, operários da GM e de outras fábricas que estão aqui nos apoiando dia-a-dia, estão na linha de frente dos piquetes. Junto com a base garantindo a greve. Intervindo politicamente e disputando a consciência dos operários,

não só para lutar contra os patrões, mas para compreender a necessidade de derrubar o sistema capitalista, que nos oprime e nos explora”, pontua Weller Gonçalves, presidente do sindicato e militante do PSTU.

OPINIÃO SOCIALISTA NA GREVE

“Temos realizado propaganda com o jornal Opinião Socialista nos piquetes, discutindo com os operários a conjuntura brasileira e mundial, a exemplo da resistência do povo palestino e pontuando como a nossa greve é parte dessa conjuntura. No último dia 3, realizamos um almoço socialista na portaria 3, onde apresentamos o partido, chamamos os grevistas a fazer parte da construção

do partido revolucionário, a se integrar às fileiras do PSTU”, destaca Weller.

CONTRA O CAPITALISMO

“Só a luta contra a GM não basta. Precisamos lutar contra o capitalismo e seu Estado, por uma outra sociedade, por uma sociedade socialista. E para isso, precisamos fortalecer, se parte do partido que tem como estratégia a construção dessa sociedade como centro de sua atividade política. Esse partido é o PSTU. O meu partido e de vários outros companheiros e companheiras que estão na linha de frente da greve”, finaliza Weller.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/49EHTWW](https://bit.ly/49EHTWW)



Cenas de piquete e mobilizações da greve da GM

»»» A GREVE PASSO A PASSO

26/10

Manifestação com mais de mil trabalhadores percorre as ruas do centro de São José dos Campos contra as demissões e em apoio à greve das operárias e operários da GM.

27/10

Em audiência no Ministério do Trabalho, os sindicatos exigem o cancelamento das demissões. Em São José dos Campos, ocorre a primeira audiência entre o sindicato e a GM no TRT, que terminou sem acordo.

31/10

O TRT da 15ª Região determina a reintegração dos 839 trabalhadores demitidos pela fábrica.

01/11

Os metalúrgicos de São José dos Campos decidem, em assembleia, continuar a greve até que a GM cumpra a liminar do TRT e reintegre todos os demitidos da fábrica.

03/11

O TST rejeita o pedido de liminar da GM e mantém a decisão do TRT pela reintegração dos demitidos e no dia seguinte 13º dia de greve, a GM comunica o cancelamento de todas as demissões.

PALESTINA LIVRE

Genocídio e limpeza étnica na Palestina avançam, mas também resistência e solidariedade



SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

Mais de 10.300 palestinos mortos, entre os quais 70% são crianças e mulheres, além de milhares de desaparecidos sobre os escombros. Entre os assassinados, ainda, 31 trabalhadores da Defesa Civil e outras dezenas da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA), 192 profissionais da saúde e aproximadamente 50 jornalistas.

Já são cerca de 30 mil feridos, sem água, eletricidade, combustível, bem como comunicação. Quarenta e cinco mil casas completamente destruídas e 250 mil, parcialmente. E, também, 119 mesquitas, sete igrejas, 290 escolas (das quais 50 da UNRWA), 40 ambulâncias, 120 instituições de saúde, 40 hospitais danificados e 16 sem condições de funcionar, por conta dos bombardeios e cortes de insumos básicos.

Esse é saldo de um mês de genocídio em Gaza, segundo a organização internacional Hashd.

DUAS BOMBAS DE HIROSHIMA

Entre 7 de outubro e 7 de novembro, o Estado terrorista de Israel lançou, ininterruptamente, 30 mil toneladas de explosivos sobre

as estruturas e os 2,4 milhões de palestinos e palestinianas da estreita faixa de Gaza. O volume equivale a duas bombas de Hiroshima.

A cada dia, o horror e a barbárie inundam as redes sociais, assim como os clamores por socorro. No dia 6, um jovem médico em Gaza informava sobre o colapso total iminente nos hospitais, o que foi reafirmado pelo Crescente Vermelho Palestino.

Em 48 horas tudo seria paralisado, com risco de morte para bebês em incubadoras e pacientes que dependem de aparelhos para sobreviver. Sem combustível, água, eletricidade, já inclusive com as cirurgias tendo que ser realizadas sem anestesia e os pacientes gravemente feridos precisando ser atendidos no chão, o genocídio segue em curso sob bombas, mas também sob a mão assassina sionista que impõe escuridão, sede e fome a toda a faixa de Gaza.

A ÚNICA ÁGUA DISPONÍVEL É A DO MAR

Uma jornalista denunciava, às lágrimas, que não tinham mais o que comer. Outro palestino mostrava as cinco tâmaras que eram o que restava como alimento. Outros, que a única água disponível para beber é a do mar, o que tem potencial de causar sérios problemas à saúde a quem sobreviver

PERDA DE TERRITÓRIO PALESTINO (1946-2010)



aos bombardeios, o que se converte em uma macabra loteria.

A cada momento as cenas de horror se superam: tudo vira escombros e sangue. Absolutamente tudo: um bairro inteiro, um campo de refugiados estabelecido após a Nakba (catástrofe palestina desde a formação do Estado racista e colonial de Israel, em 15 de maio de 1948, mediante limpeza étnica planejada), um hospital, uma escola, uma ambulância, uma sede do Crescente Vermelho ou da UNRWA, com as poucas doações autorizadas a passar pela também bombardeada passagem de Rafah pelo Egito.

PRISÕES E TORTURAS

Para completar o cenário macabro imposto pelas forças de ocupação sionistas em aliança com o imperialismo estadunidense, 3.200 trabalhadores palestinos que estavam desaparecidos desde 7 de outubro foram devolvidos por Israel para contar sobre as tor-



Protesto em SP no dia 04 de Novembro

turas bárbaras que sofreram nos cárceres dos algozes.

Eles e elas eram parte dos 18.500 que serviam de mão de obra barata em Israel, com permissão para sair do gueto de Gaza (que já dura 15 anos, resistindo a vários bombardeios massivos ou a conta-gotas). Ainda outros seguem desaparecidos, com relatos de que alguns foram abandonados

na Cisjordânia e outros continuam nas terríveis prisões sionistas.

Todos os demais tiveram suas licenças cassadas para morrer de fome junto com os seus na estreita faixa, um verdadeiro campo de concentração a céu aberto, enfrentando o genocídio por ar, mar e terra.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4612BPN](https://bit.ly/4612BPN)



Holocausto palestino em Gaza

UMA NOVA NAKBA



A jovem Ahd Tamimi, ativista palestina, é presa pelo Estado terrorista de Israel.

MORTE E TORTURA TAMBÉM NA CISJORDÂNIA

Na outra parte da Palestina ocupada militarmente em 1967 – a Cisjordânia –, já são mais de 150 mortos nos últimos 30 dias e 2.200 feridos, além de 2 mil presos políticos que se somam aos 5.200 que já se encontravam nos cárceres odiosos sionistas, sob tortura e toda sorte de maus tratos. Há relatos do desaparecimento de prisioneiros palestinos, cortes de eletricidade, quase nenhuma alimentação. A limpeza étnica, que já avançava, deixando até 7 de outubro, 270 palestinos mortos, entre os quais 65 crianças, acompanha, agora, o estágio da solução final empregada com extrema brutalidade e crueldade em Gaza nesta nova fase da Nakba. Os pogroms (perseguições e ataques), que vinham acontecendo também antes do início de outubro, ganham impulso após Netanyahu ter dobrado a aposta no extermínio, distribuindo ainda mais armas para os colonos sionistas. Seu grito de guerra unilateral contra o povo palestino é expresso também nas paredes: “Morte aos árabes!”, “Uma segunda Nakba está vindo!”. Ganha, agora, a versão “Cemitério de Gaza!”.

MOBILIZAÇÕES E A EXIGÊNCIA AO BRASIL

Lula, rompa relações com o Estado terrorista de Israel!

A esperança, agora, é na heroica resistência palestina, nas ruas e nos distintos protestos, com destaque para a classe trabalhadora europeia e estadunidense que tem barrado, nos portos, a saída de navios carregados de armas para o genocídio em Gaza e a ação de milhares de judeus antissionistas que levantam a bandeira: “Não em nosso nome!” “Nunca mais é nunca mais para todo mundo!”

Milhares têm ocupado as ruas nos EUA, na Europa, na América Latina, na África, na Oceania, na Ásia, no Oriente Médio. O dia 4 de novembro levou milhões às ruas pelo fim do genocídio e pela libertação da Palestina, nos quatro cantos do mundo.

No Brasil, houve manifestações do Norte ao Sul. A maior delas ocorreu em São Paulo, reunindo cerca de 12 mil pessoas. Os

protestos têm trazido a exigência fundamental a Lula de ruptura imediata de relações econômicas e diplomáticas com o Estado terrorista de Israel. O Brasil não pode continuar a adiar essa ação, sob a tentativa de negociar a libertação dos 34 brasileiros de Gaza.

É uma chantagem sionista que o país não deve sucumbir. Por seu papel de liderança na região, sua responsabilidade em

romper a cumplicidade internacional histórica é ainda maior. Se o Brasil der esse passo, é provável que mais e mais países da América Latina o sigam.

A melhor forma de proteger os brasileiros e suas famílias aprisionados no gueto de Gaza é cessar o genocídio. E isolar o Estado terrorista de Israel é passo fundamental nessa direção. Não há mediação com genocídio e limpeza étnica. É

urgente que o Brasil ouça as vozes das ruas e se coloque, de uma vez por todas, do lado certo da História. É questão de vida ou morte.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3QsJYHT](https://bit.ly/3QsJYHT)

SAIBA MAIS



Veja como foram as manifestações no dia 4 novembro de 2023

? PERGUNTAS E RESPOSTAS

POR QUE A SOLUÇÃO DE DOIS ESTADOS NÃO É VIÁVEL?

Muitos apoiadores do povo palestino e que repudiam o genocídio também defendem a solução de “dois Estados”: o Estado de Israel e um Estado palestino. Mas, a História demonstrou que essa solução é completamente falsa. Vejamos:

DOIS POVOS?

É uma falsificação histórica a existência de dois povos (árabes e judeus) “com direitos equivalentes” na Palestina. Em 1918, três em cada quatro habitantes da região eram árabes, não judeus. Os judeus tinham apenas 5,5% das terras e não aspiravam a nenhum Estado próprio. A convivência era absolutamente pacífica.

Foi o sionismo, corrente judaica europeia fundada no fim do século 19, que começou a reivindicar o suposto “direito bíblico” dos judeus sobre a Palestina, sem se importar de que ali havia um povo árabe radicado havia séculos. Apoiado pelo imperialismo britânico, o sionismo alentou a imigração de judeus para a Palestina e criou grupos armados. Em 1947, os judeus eram 30% da população, mesmo após várias ondas de imigração, e, neste ano, a ONU, com a teoria dos “dois povos”, recomendou a partilha da Palestina em um Estado judeu, outorgando-lhe 55% da Palestina, com o apoio do imperialismo e a concordância da URSS. Foi um sinal verde para as gangues sionistas executarem seus planos de limpeza étnica. Como consequência, em 1948, o Estado de Israel se criou em 78% da Palestina. Mais de 800 mil palestinos foram expulsos, dando origem ao drama dos refugiados. Os palestinos ficaram reduzidos a Jerusalém Oriental, Gaza e Cisjordânia, territórios que seriam ocupados militarmente por Israel, em 1967. Defender o direito à existência do Estado israelense significa, de fato, aceitar essa história de roubo de território, colonização e limpeza étnica.

ISRAEL É RACISTA?

Israel é um Estado racista e colonial que só estabelece plenos direitos civis aos judeus. Os palestinos expulsos não podem mais voltar ao seu território. A legislação racista completa-se com a lei da propriedade das terras agrárias: os não judeus são proibidos de comprar terras, justamente para impedir que os árabes tenham terras em Israel. É uma legislação similar à do apartheid sul-africano. Aceitar a existência do Estado sionista significa, então, aceitar sua essência racista e colonial.

É UMA FORTALEZA ARMADA DO IMPERIALISMO?

Israel é um enclave do imperialismo norte-americano, em meio a uma região estratégica por suas reservas petrolíferas. Israel é a quarta potência militar mundial. Seu poder de fogo (aviões de combate, mísseis, helicópteros, tanques e ogivas nucleares) é enorme. Também é um dos maiores fabricantes de armas e um dos principais exportadores. Esse poderio é financiado pelos EUA, com bilhões de dólares anuais. Esse poder militar está direcionado contra o povo palestino e é uma ameaça constante às lutas dos povos árabes, como mostraram as invasões do Líbano, em 1982 e em 2006, e os ataques com mísseis contra o Iraque, Irã, Síria.

QUE ESTADO PALESTINO?

Os Acordos de Oslo, mediados pelos EUA em 1993, são a comprovação da falência da “solução dos dois estados”. Depois do acordo, Israel continuou a instalação de colônias judaicas nos territórios palestinos, agora contando com uma gerente da ocupação – a Autoridade Palestina –, apropriou-se das melhores terras e fontes de água da Cisjordânia, isolou a “Zona Árabe” de Jerusalém e as populações palestinas da Cisjordânia. Faz incursões militares frequentes. Prende e tortura indiscriminadamente os palestinos. Além disso, construiu um muro dividindo a Cisjordânia no meio. Nessas condições, um Estado palestino independente é totalmente inviável: formado por “ilhas”, sem comunicação entre si, e militarmente ocupadas.

PALESTINA LIVRE, LAICA, DEMOCRÁTICA E NÃO RACISTA

A única solução é a criação de uma única Palestina laica, democrática e não racista, com o direito de retorno de todos os refugiados e onde todos possam conviver em paz. Essa é a velha bandeira da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Da mesma forma que se deveria destruir o Estado do apartheid para que houvesse paz na África do Sul, não há outro caminho: sem destruir o Estado racista e colonial de Israel não haverá paz. A experiência histórica mostra que, derrotando o sionismo, essa é a única alternativa possível.

HISTÓRIA

Os partidos políticos na luta palestina

Vários partidos integraram a resistência palestina e mudaram seu programa ao longo do tempo



FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

O principal partido palestino chama-se Al-Fatah. Formado em 1958 por um grupo de jovens, dentre os quais Yasser Arafat, o partido defendia a libertação de toda a Palestina, através da luta armada, inspirado na luta argelina, na África, contra o imperialismo francês.

Em 1968, a Batalha de Karameh, na Jordânia, contra o exército israelense, popularizou o Al-Fatah e milhares de palestinos, árabes e até estrangeiros se tornaram seus combatentes. Um ano depois, Yasser Arafat assumiu o comando da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), que se tornou a organização representante de todo o povo palestino. A partir daí, a história do Al-Fatah se confunde com a da OLP e a da luta palestina.

O projeto político do Al-Fatah – a libertação de toda a Palestina pela via armada – baseava-se na conciliação de classes, privilegiando os interesses da burguesia palestina, em detrimento de milhões de refugiados palestinos espalhados em todo o mundo árabe.

Além da conciliação de classes, seu projeto incluía a política de “não-intervenção” na política de outros países; o que, na prática, cimentava uma aliança com os reacionários regimes burgueses árabes, à custa dos trabalhadores e trabalhadoras palestinos e árabes em seus respectivos países.

ORGANIZAÇÕES DA ESQUERDA

Em 1967, foi formado o principal partido de esquerda, a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP). A FPLP entendia a libertação da Palestina como uma luta anti-imperialista a ser travada pelos trabalhadores árabes. Rejeitava, ainda, a política de conciliação com os regimes árabes. Seu slogan era: “O caminho para Jerusalém começa pelo Cairo, Amã e Damasco”, em referência às capitais do Egito, Jordânia e Síria.

Inspirada na Revolução Cubana (1959), defendia ações armadas e se tornou famosa pelo sequestro de aviões. Dois anos depois, foi formada a Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP), a partir de uma dissidência mais radical da FPLP.

Ambas organizações se reivindicavam marxistas e faziam uma avaliação negativa do apoio político e militar dado por Stálin e pelo Partido Comunista Palestino à formação do Estado de Israel, considerada uma traição aos palestinos.

MASSACRES, TRAIÇÕES E COMPROMISSOS

Em setembro de 1970, na Jordânia, o rei Hussein, apoiado por Israel e pelos Estados Unidos, promoveu um massacre de palestinos (que constituíam, então, 70% da população local) e a OLP e dos partidos palestinos, traídos

pelo ditador sírio Hafez el-Assad, foram expulsos para o Líbano.

A derrota dos países árabes para Israel na guerra de outubro de 1973 abriu o caminho para a pressão dos regimes árabes e da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para que a OLP abandonasse a luta pela libertação da Palestina, em troca da formação de um mini-Estado palestino na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém

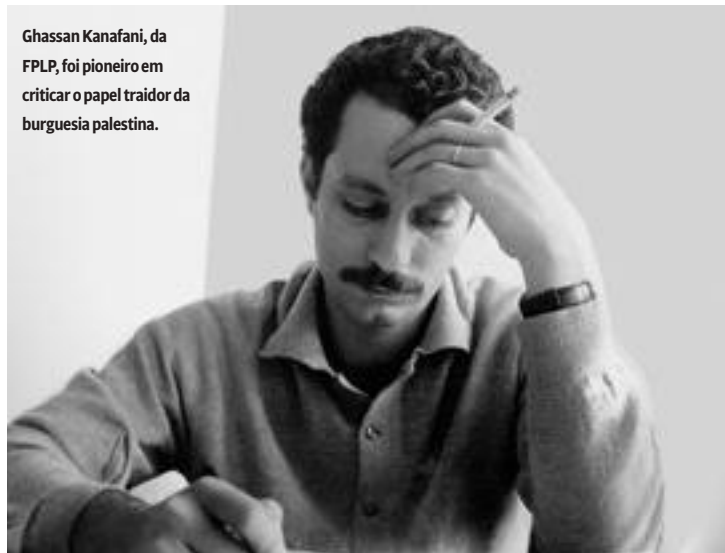
Oriental, o que corresponde a cerca de 22% de todo o território palestino.

A FDLP foi a primeira organização da resistência palestina a defender publicamente a conciliação com Israel. Nesse mesmo sentido, em 1974, Yasser Arafat fez um discurso histórico no plenário das Organizações das Nações Unidas (ONU), portando uma arma em uma mão e um ramo de oliveira na outra, no qual ofereceu um “compromisso histórico” ao criminoso Estado de Israel. Mas, o imperialismo norte-americano e Israel não queriam um compromisso. Eles queriam uma rendição.

Em 1982, em meio à guerra civil, uma ação conjunta do exército israelense e de milícias de extrema direita expulsa a OLP e Arafat do Líbano, promovendo um massacre nos campos palestinos de Sabra e Chatila, onde cerca de três mil palestinos foram executados por milicianos maronitas (católicos do Oriente) com apoio das forças israelenses.



Ghassan Kanafani, da FPLP, foi pioneiro em criticar o papel traidor da burguesia palestina.



LIMITES

A origem do Hamas e seu papel na resistência

Em 1987, os palestinos iniciaram um levante popular em Gaza e na Cisjordânia, a chamada Intifada. Sob pressão popular para ter papel ativo na resistência, setores da organização Irmandade Muçulmana formaram um partido político islâmico, o Hamas.

O Hamas defende vários valores da Irmandade Muçulmana: o livre-mercado, a propriedade privada, a assistência social aos pobres e a educação através da islamização. Diferente da Irmandade, o Hamas defende a libertação nacional de todo o território palestino por quaisquer meios necessários, inclusive a resistência armada. Seu

primeiro manifesto defendia uma Palestina islâmica.

Posteriormente, o Hamas foi flexibilizando seu programa. Por um lado, já em 1993, seu líder Sheikh Ahmed Yassin defendeu uma trégua de 10 a 20 anos com Israel; o que, na prática, implicaria no reconhecimento de Israel. Por outro lado, em seu novo manifesto aprovado em 2017, abandonou a proposta de uma Palestina Islâmica, sem esclarecer qual modelo de Estado a ser defendido.

Sob o governo do Hamas em Gaza, sitiada há 17 anos por Israel, existe um cerceamento às liberdades democráticas. No entanto, o Hamas é um dos poucos par-

tidos palestinos que realiza eleições internas de seus dirigentes a cada quatro anos, com impacto nos rumos da organização.

ACORDOS SE OSLO

O Hamas não tem como objetivo promover uma revolução regional ou mundial, mas apenas se limita a defender o direito palestino à autodeterminação. Para isso, em sua história, estabeleceu relações com diferentes regimes, como os da Arábia Saudita, do Irã, da Turquia e do Catar.

Em 1993, a Intifada palestina levou o imperialismo norte-americano e Israel a negociarem, com a OLP, os Acordos de Oslo, na capital da Noruega, transfor-

mando-a em gerente da ocupação israelense na Cisjordânia e Gaza. Os acordos levaram a uma maior colonização das terras palestinas e institucionalizaram o apartheid contra os palestinos.

Os partidos da esquerda palestina criticaram os acordos de Oslo, mas, posteriormente, se adaptaram a eles. Já o Hamas manteve sua oposição e transformou-se na principal organização da resistência palestina.

Em 2022, jovens palestinos de diferentes organizações se armaram para fazer a autodefesa das cidades e campos de refugiados palestinos, por fora da orientação de seus partidos.

A necessidade de construção de partido revolucionário

A experiência histórica mostra que apenas os trabalhadores, os camponeses e a juventude despossuída palestinos, aliados à classe trabalhadora árabe e internacional, levará até o fim a luta por uma Palestina livre, laica e democrática, chocando-se contra os imperialismos, o Estado de Israel, os regimes árabes e a própria burguesia palestina.

Hoje, na Palestina, não há um partido revolucionário que defenda esta estratégia. Ele será construído no calor das lutas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3FPFMSR](https://bit.ly/3FPFMSR)

TETO DE GASTOS

Pequenas desavenças, grandes acordos

Polêmica sobre meta fiscal não tira o grande acordo que une Lula, Haddad, Lira e banqueiros em torno ao Arcabouço Fiscal

DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

Causou certo alvoroço a fala do presidente Lula, no último dia 27, dando a entender que o governo não cumpriria a chamada “meta fiscal” para 2024, que ele próprio fez aprovar no Congresso Nacional. Para ser honesto, ele nem chegou a dizer que não cumpriria, mas, sim, afirmou que “o que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal, a gente vai cumprir, o que eu posso dizer é que ela não precisa ser zero”.

O que é essa “meta fiscal”? É o objetivo colocado pelo governo para os próximos anos, tanto no Arcabouço Fiscal (o novo Teto de Gastos que, tal como o teto de Temer, restringe os gastos públicos para pagar a dívida aos banqueiros), como no próprio orçamento de 2024. Zerar o déficit significa “empatar” a arrecadação com os gastos, excluindo dessa conta o principal deles: os juros da dívida.

O próprio mercado já contava com o não cumprimento do déficit zero. Não por falta de empenho do governo, di-

ga-se, já que houve cortes na Saúde, na Educação e, mais recentemente, em pesquisa, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A questão é que, para atingir isso, o governo teria que arrecadar pelo menos R\$ 168 bilhões a mais. E o que vem acontecendo é justo o contrário, entre outros fatores, pela desaceleração da China e o caráter dependente da economia brasileira.

JOGADA ENSAIADA

Na frente das câmeras, Lula reclama do mercado; mas, na prática, toda a sua política econômica é voltada aos interesses dos grandes monopólios nacionais e internacionais.

O Arcabouço saiu do gabinete de Haddad, com o acordo de Lula e Arthur Lira, e com uma meta considerada “ambiciosa”, a fim de atender a esse mesmo mercado; ou, em bom português, os banqueiros, os grandes fundos de investimentos, como a norte-americana BlackRock, que faz fortuna parasitando o país com os juros altos. E, para isso, li-

Ministro da Fazenda,
Fernando Haddad, e o
presidente Lula Foto
Marcelo Camargo.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3FVBOEK](https://bit.ly/3FVBOEK)

Agência Brasil

berou algo como R\$ 8 bilhões do “orçamento secreto” para comprar votos no Congresso.

Criou-se um quadro de uma crise interna no governo, em que a tal “ala política”, pressiona por mais gastos, enquanto outra, a “econômica”, capitaneada por Haddad, estaria comprometida com o ajuste e o mercado. Esse clichê do policial bom e o policial mau resiste aos fatos. Lula, Haddad, Arthur Lira e o Centrão, bem como os banqueiros e o conjunto da burguesia, estão unificados em torno do novo teto.

As diferenças se resumem a abrir um espaço mínimo no orçamento, de uns 0,25%, a fim de viabilizar algumas poucas obras mirando as eleições, mas que não representam nenhuma mudança significativa do regime de austeridade e cortes de gastos. Uma rusga também atizada pelas últimas pesquisas que já revelam um desgaste do governo.

PRIVATIZAÇÃO AVANÇA

Enquanto resolve o tamanho do arrocho para os próximos anos, o governo avança com

as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e as privatizações em praticamente todos os setores: do saneamento básico, mantendo a Eletrobrás privada (estamos vendo o resultado disso em São Paulo), até os presidios.

PROGRAMA

Revogar o Arcabouço Fiscal e todos os tetos de gastos

Para reverter o sucateamento dos serviços públicos, e impedir o seu aprofundamento, é preciso revogar por completo o Arcabouço Fiscal de Lula, e todos os mecanismos de ajuste fiscal, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), substituindo-a por uma Lei de Responsabilidade Social.

É preciso parar de pagar a dívida aos banqueiros, redirecionando essa grana para Saúde, Educação, emprego, moradia, saneamento e reforma agrária, parando todas as privatizações, revogando as terceirizações e retomando as empresas entregues, sob controle dos trabalhadores.

PRIVILÉGIOS

A balela da taxa dos super-ricos

No final de outubro, a Câmara aprovou a taxa dos chamados “fundos exclusivos”, uma espécie de fundo que, só para ser aberto, requer R\$ 10 milhões. Calcula-se que só 2,5 mil brasileiros tenham esse tipo de conta, que acumularia, no total, um montante de R\$ 756 bilhões.

A própria existência desses fundos é uma excrescência, já que seus rendimentos não são taxados. O magnata só paga uma taxa de 15% quando vai sacar a grana. Enquanto um trabalhador, que recebe pouco mais de dois salários mínimos, é taxado na fonte, pelo Imposto de Renda, e uma família de baixa renda deixa grande parte de seu rendimento em impostos sobre o consumo, esses super-ricos engordam suas fortunas sem pagar um centavo.

Presentão de Natal

O que o projeto apresentado pelo governo, e alterado na Câmara, faz? Impõe uma taxa de 15% sobre os

rendimentos a cada seis meses, como outros fundos. Bom, não é? O problema é que ele baixa essa taxa do saque de 15% para 8%.

O que vai acontecer, então, é que esse pessoal vai simplesmente trocar de fundo, por outro que continua isento, como o fundo de investimento do agro, o Fiagro. Alguém que tenha acumulado R\$ 10 milhões após anos de isenções, poderia tirar esse dinheiro deixando R\$ 1,5 milhão de imposto. Agora, só vai desembolsar R\$ 800 mil. Um presente de Natal aos super-ricos.

Desonerando os ricos

Não é à toa que a Medida Provisória do governo Lula tenha sido elaborada no governo Temer e defendida por ninguém menos que o próprio Temer. Ao invés de taxar os ricos, vai desonerar ainda mais, causando um prejuízo avaliado em R\$ 20 bilhões.

SÃO PAULO

Nova greve unificada contra as privatizações de Tarcísio é marcada para o dia 28



CAMILO MARTIN, DIRETOR DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE SÃO PAULO (SP)

Dando continuidade à luta contra as privatizações, os sindicatos dos metroviários e o dos trabalhadores da CPTM (trens) e da Sabesp (água e saneamento básico) se reuniram novamente para impulsionar um calendário de mobilização, com a definição de uma nova greve, no dia 28 de novembro.

A força da greve do dia 3 de outubro parou São Paulo e mostrou a possibilida-

de de derrotar a política de privatização do bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos). O governador ficou desmoralizado diante da população, principalmente após mais uma falha na linha 9, de trens, concedida à CCR, horas depois dele propagandear a privatização como solução de todos os problemas.

Não por acaso uma pesquisa do site UOL, no dia da greve, indicou que 84%

dos entrevistados apoiavam a paralisação.

A greve do dia 28 pode ser ainda mais forte, com a participação de outras categorias. Os professores da rede estadual, trabalhadores da Saúde (Sindsaúde), da Fundação Casa (atendimento socioeducativo) e do Centro Paula Souza (escolas e faculdades técnicas) já anunciaram adesão. É preciso avançar na construção de uma greve geral do funcionalismo contra o projeto privatista de Tarcísio que só beneficia os bilionários.



FIM DAS PUNIÇÕES!

Readmissão, já, dos metroviários!



Além do combate às privatizações e terceirizações, a greve vai exigir do governo a readmissão dos demitidos por lutar contra a privatização.

No dia 24 de outubro, a direção do Metrô anunciou oito demissões e uma suspensão. Dos demitidos, quatro são diretores do sindicato, entre eles o vice-presidente Narciso Soares e o ex-presidente Altino Prazeres, ambos militantes do PSTU. São demissões políticas, para tentar

intimidar os que estão na linha de frente da luta.

Infelizmente, entre os metroviários isso não é novidade. Em 2014, o então governador Geraldo Alckmin (ainda no PSDB), hoje vice-presidente de Lula, demitiu 42 trabalhadores, que só foram readmitidos após muita luta. É fundamental que as organizações da classe trabalhadora se somem à campanha pela readmissão e assinem o Manifesto lançado pelo Sindicato dos Metroviários.

UNIDADE CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

CUT, CTB, Força Sindical e organizações de esquerda precisam unificar o movimento

Em São Paulo, a greve do dia 28 de novembro tem potencial para aprofundar a rejeição a Tarcísio e ao seu plano de privatização, que inclui entregar a Sabesp ainda este ano.

Derrotar as privatizações é de importância para todos os trabalhadores e trabalhadoras que serão afetados pela precarização, ainda maior, dos serviços públicos, com demissões em massa, o aumento das tarifas e pelo desvio do dinheiro público para os cofres dos bilionários.

Não faltam exemplos da desgraça que as privatizações trazem, como a tragédia de Brumadinho (MG), o aumento da tarifa de água e saneamento no Rio de Janeiro e Manaus (AM) e, mais recentemente, o aumento da tarifa no Metrô de Belo Horizonte (MG), privatizado por Lula, e o apagão provocado pela ENEL, em São Paulo.

Do Norte ao Sul do país, os governos estão ampliando as privatizações. Não pode ser que as centrais sindicais se furtem de unificar as lutas, por receio de um movimento nacional contra as privatizações, porque isso poderia respingar em críticas às privatizações que estão sendo realizadas também pelo governo Lula.

Não é aceitável que o fortalecimento dessas lutas não seja prioridade das organizações de esquerda por preocupações com a agenda eleitoral, como acontece com Guilherme Boulos (PSOL) que, com medo de ser tachado de radical, pouco utilizou sua influência para apoiar os grevistas no dia 3 de outubro. A guerra contra as privatizações está sendo travada agora e não pode ser secundarizada pelo calendário eleitoral.

AMPLIAR O APOIO POPULAR CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Só é possível derrotar o governo bolsonarista de Tarcísio com apoio massivo às lutas contra as privatizações. Além de piorar os serviços, as privatizações têm gerado mais gastos, tudo pago com dinheiro do povo. São bilhões em subsídios para garantir a manutenção de tarifas e assegurar operação das empresas privadas com lucros bilionários.

É fundamental – ainda mais nesse período de crise do capitalismo, com muitos desempregados e subempregados – incorporar a luta pela Tarifa Zero e enfrentar o projeto de privatização do governo com um plano



popular de serviços públicos.

Um plano que institua passe livre no transporte, redução das tarifas e maior qualificação dos serviços públicos, usando justamente os subsídios que, hoje, são repassados aos bilionários. É hora de secar os privilégios para os bilionários e utilizar estes bilhões a serviço da maioria.

Nessa campanha, é necessário, ainda, defender a reestatização das empresas privatizadas que causam o caos na vida do povo, como as linhas 8 e 9, controladas pela Via Mobilidade. É preciso que as empresas reestatizadas sejam colocadas sob controle dos trabalhadores e dos usuários.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/46ZM58A](https://bit.ly/46ZM58A)

ARGENTINA

Como votamos para enfrentar o próximo ataque?

Sérgio Massa “virou o jogo” contra o prognóstico de todas as pesquisas. Ante o estancamento de Javier Milei (“A Liberdade Avança”) e o retrocesso de Patrícia Bullrich (“Juntos pela Mudança”), a coligação “União pela Pátria” aumentou cerca de 3 milhões de votos, o que fez com que saísse na frente no primeiro turno das eleições presidenciais da Argentina

**PSTU- ARGENTINA**

O povo argentino tem que escolher entre dois projetos patronais, submissos ao FMI, que só prometem mais padecimentos para o povo trabalhador.

O QUE MUDOU?

Uma parte daqueles que se abstiveram ou votaram em branco nas Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO), agora, foi votar. E, em geral, votou em Massa. As PASO foram marcadas por uma “onda” de rejeição à “União pela Pátria” (UP) e ao “Juntos pela Mudança” (JxC, na sigla em espanhol). Mas, o primeiro turno das eleições foi marcado por uma “contra onda”, que enfrentou Milei, possibilitou a vitória de Massa e, também, “pulverizou” a JxC, coligação de Patrícia Bullrich.

Este fenômeno se deu por uma combinação de fatos. Em primeiro lugar, o próprio Milei, que nunca escondeu seu programa e objetivos antioperários e contrários aos mais elementares direitos democráticos. Em segundo lugar, o peronismo soube

destacar os aspectos mais reacionários desse discurso.

Junto a isso, um setor majoritário da grande patronal e do imperialismo se “jogou” por Bullrich e atacou Milei, com medo que um governo seu tentasse enfrentar subitamente o conjunto da classe operária e do povo.

Os trabalhadores argentinos, apesar das traições do peronismo e da burocracia sindical, não estão derrotados. Um ataque muito rápido e brutal pode desencadear uma reação difícil de controlar. O “Argentinaço” de 2001 ainda está na memória.

E AGORA?

Veremos se a “contra onda” de rejeição a Milei se mantém e se aprofunda, ou não. Em qualquer circunstância, o seu projeto é macabro, incluindo a reivindicação da ditadura militar e das piores receitas econômicas, copiadas dos governos que mais causaram prejuízos ao povo trabalhador.

Um projeto de retrocesso das conquistas democráticas, como o direito de lutar, de aborto, de Educação Sexual Integral etc.

**Sergio Massa e Javier Milei**

Muitos votaram nele para enfrentar a “casta”, os políticos e sindicalistas. Contudo, querem trocar uma casta por outra: Milei é um admirador da casta militar, funcionário dos grandes empresários.

A maioria da classe trabalhadora, por sua vez, está optando por votar em Massa, para que Milei ou “a direita” não vençam as eleições. Vão fazer isso sem nenhuma confiança em Massa. Todos sabem que Massa é homem ligado a Washington e ao FMI. É um agente deles.

Massa e Milei não são a mesma coisa, têm projetos diferentes, mas nenhum é favorável aos trabalhadores.

Com todo respeito, dizemos que Massa não é saída. Ele pagará a dívida externa ao FMI, vai retirar direitos e não vai combater a inflação. Ou seja, continuaremos perdendo salário e vendo piorar as condições de trabalho, apesar de medidas como as que tomou nos últimos meses, parciais e insuficientes, como parte da campanha eleitoral. Com Massa continuaremos ladeira abaixo. Com ele, os dirigentes patronais que os usurpam continuarão à frente dos sindicatos.

Lamentavelmente, votar nele é apoiar e fortalecer um futuro governo que só trará mais penúrias. Massa continuará com um projeto submisso ao FMI, que elevou a inflação e aumentou a pobreza. Ele já falou de Reforma Trabalhista e prometeu perseguição às lutas. Por isso, é mentira que votar em Massa serve para “enfrentar a direita”, porque o próprio Massa é um dirigente de direita.

Para enfrentar a direita, os socialistas revolucionários de-

vem estar nas ruas, junto às centenas de milhares de trabalhadores e jovens peronistas, como fizemos em 2001, ou contra Macri, nas mobilizações de 2017.

NÃO VOTAMOS EM NENHUM DELES

Por isso, chamamos a não votar, votar em branco ou anular o voto. Para enfrentar Milei, bem como rejeitar Massa. Porque sendo diferentes, são ambos patronais e responsáveis pela catástrofe em que nosso país está.

Insistiremos que a única saída para o país é uma revolução socialista, um governo dos trabalhadores e do povo. No dia seguinte às eleições, ganhe quem ganhar, estaremos juntos nas fábricas e nas ruas, nas universidades e escolas, em cada bairro, enfrentando, juntos, os planos de fome que o FMI e seus políticos nos impõem, mais além de suas diferenças.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/475K70M](https://bit.ly/475K70M)

SAIBA MAIS

Leia a matéria completa no Portal do Opinião Socialista

**Situação de pobreza levou a população a fazer saques em supermercados.**

USP

Greve dos estudantes arranca conquistas da Reitoria

MANDI COELHO,
DE SÃO PAULO (SP)

No dia 3 de outubro, com seu encerramento aprovado em distintos cursos, chegou ao fim a maior greve estudantil já registrada na Universidade de São Paulo (USP).

Este foi o primeiro grande processo de lutas de toda uma geração, que também demonstrou uma importante mudança no perfil social do corpo estudantil da universidade. Como resultado da implementação das cotas, em 2017, cursos com um histórico de elitização, como as Engenharias, Medicina e Direito, entraram em cena e fizeram que, em termos de adesão de cursos, essa fosse a maior greve da história da USP.

ARRANCANDO CONQUISTAS

A greve arrancou conquistas da Reitoria, num cenário de



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3MZABEP](https://bit.ly/3MZABEP)

privatização e ataques aos estudantes, trabalhadores e setores oprimidos. As reivindicações que levaram à greve tinham a ver com a contratação de professores e políticas de permanência estudantil (como bolsas e assistência para moradia, alimentação, transporte etc.).

Em relação à falta de professores, as situações mais graves concentravam-se na Letras, na Escola de Artes, Ciências e Hu-

manidade (EACH, ou USP/Zona Leste) e Escola de Comunicações e Artes (ECA), as unidades que foram ponta de lança da greve. Já o tema da permanência estudantil era generalizado e, por isso, foi o que possibilitou a unificação do movimento.

Os estudantes arrancaram da Reitoria a reposição de todas as aposentadorias docentes de 2014 até 2022, o que ocorrerá dentro de 45 dias. Uma conqui-

ta diante da política de contratações adotada pela administração da universidade.

Além disso, também conseguimos o retorno do critério socioeconômico para uma bolsa de pesquisa específica, a criação de um comitê para debater o vestibular indígena, refeições aos fins de semana nos bandejões que ainda não as oferecem, a construção de uma creche, a reconsideração dos pedidos de bolsa que foram negados, além do início da discussão sobre implementação das cotas trans.

SEGUIR ORGANIZANDO A LUTA NA USP E FORA DELA

Precisamos seguir organizados e mobilizados para arrancarmos mais conquistas e derrotarmos os planos de privatização da USP. Por exemplo, ainda é preciso derrotar o “Edital de Mérito”, uma medida que destina fazer novas contratações

não para cursos que mais precisam, mas para os que melhor servem de “vitrine” da USP para o mercado e os setores privados.

Além disso, é preciso lembrar que a importante conquista ao termos conseguido mais refeições nos bandejões não veio acompanhada de novas contratações, o que vai significar sobrecarga dos funcionários e privatização.

Mas, o pontapé inicial foi dado. E com um importante saldo político: o aprendizado de milhares de estudantes, que, agora, certamente estão em melhores condições de travar lutas superiores.

Também é importante seguir defendendo a unidade com trabalhadores e trabalhadoras da universidade. Assim como ganhávamos força na greve com a entrada em cena de vários cursos, também nos fortalecemos ao construir a unidade com todas as categorias da universidade.

NOVOS DESAFIOS

Unificar as lutas contra as privatizações de Tarcísio e os ataques de Lula

Se hoje a USP já sofre com a ameaça da privatização, que está sendo realizada aos poucos e por dentro da própria instituição, os planos de privatização dos serviços públicos no estado também estão avançando em diversos setores.

Tarcísio de Freitas (Rep-

blicanos), o governador bolsonarista de São Paulo, está tentando privatizar a Sabesp (água e esgoto) em caráter de urgência, e tem o objetivo de realizar concessões e privatizações no Metrô e CPTM (trens).

Além disso, estamos sofrendo os ataques neoliberais que

vêm desde Lula e do governo federal, como o Novo Ensino Médio, o Arcabouço Fiscal, o corte de verbas nas bolsas Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ou a destinação de verba do Ministério da Educação para as fundações do bilioná-

rio Jorge Lemann.

A greve foi atravessada pela realização do Plebiscito Popular contra as privatizações. Em São Paulo, uma nova rodada de luta unificada está marcada para o dia 28. Esse dia também precisa ser marcado pelas lutas estudantis.



ANÁLISE

Um balanço do movimento estudantil na USP

A greve se iniciou com uma explosão de revolta, que ocorreu apesar do Diretório Central dos Estudantes (DCE), composto por correntes como o Juntos, a Correnteza e a União da Juventude Comunista (UJC), que não prepararam os estudantes para lutar. Isso cobrou um preço e tivemos uma greve menos firme do que poderia e deveria ser. Os estudantes tinham muita disposição de luta, mas, ao não terem sido preparados, a força se dissipou tão rápido quanto explodiu. Além disso, o DCE teve uma política errada em vários momentos da greve, tentando encerrá-la antecipadamente, superestimando o que tinha sido conquistado e desarmando os estudantes para seguir adiante. Essa postura deu espaço para os setores que, de forma irresponsável, defendiam “greve infinita” e posições semelhantes que, ao não se basearem na análise objetiva da correlação de forças para dar continuidade ao movimento, acabam gerando desmoralização e frustração dentre os estudantes. Diante de tudo isto, os estudantes precisam tirar as conclusões do que foi a greve, tanto no eu se refere ao seu próprio aprendizado, quanto do papel que cumpriram as organizações políticas. O Rebeldia está se preparando para participar de várias eleições nos Centros Acadêmicos e também estamos elaborando um programa sobre a USP em seus mais distintos aspectos. Chamamos todos e todas interessados a nos ajudarem nesse processo a virem construir uma nova direção para o movimento estudantil, se integrando ao nosso coletivo.

BASTA DE ENTREGUISMO

7 de novembro, dia de greve geral contra Zema

**GERALDO 'BATATA',
DE CONTAGEM (MG)**

A agonia crescente da economia mineira não caiu do céu. E nem todo mundo sai perdendo. São ações conscientes dos governos, para atender às demandas do capital financeiro, o chamado “mercado”. Desmonte de serviços públicos, privatizações e isenções fiscais beneficiam diretamente os fundos de investimento, grandes empresários, doadores de campanhas eleitorais, abutres, hienas e urubus. Gente que paga muito pela propaganda enganosa dos benefícios desse modelo colonial-exportador aplicado no estado e “aprimorado” por Romeu Zema (Novo).

A crise não tem a ver com “forças incontroláveis da natureza”. Essas apenas demonstram a ineficácia das privatizações, como ficou evidente no apagão em São Paulo, onde milhões ficaram às escuras após o temporal do dia 3 de novembro, e que, depois de dias, ainda não tiveram o retorno do fornecimento de energia. E, com certeza, será nas periferias, onde mora a classe trabalhadora, que a volta à normalidade levará ainda mais tempo.

**PRIVATIZAÇÕES:
SOFRIMENTOS PARA O POVO,
LUCROS BILIONÁRIOS**

Dia 3 não foi um caso isolado, mas o resultado trágico de todo o processo de privatização

da antiga Eletropaulo, em 1998, que levou a demissões em massa, terceirizações, cortes de investimentos, aumento nas tarifas, apagões...e muito lucro: de 2019 a 2022, o lucro líquido da empresa saltou de R\$ 777 milhões para R\$ 1,4 bilhão (Leia na p. 5).

Os mineiros conhecem muito bem os efeitos dos desastres provocados pelas privatizações. E de forma bastante dolorosa. Após a privatização da Vale do Rio Doce, também em 1998, a empresa multiplicou sua produção, distribuiu centenas de bilhões para acionistas, destruindo as montanhas, rios e reservas de água e criando pilhas de rejeitos.

Dia 5 de novembro completaram-se oito anos do rompimento da barragem do Fundão, em



Mariana, que deixou 19 pessoas mortas, sem que ninguém tivesse sido punido. Ao contrário, os diretores responsáveis foram promovidos e, em 2019, repetiram o desastre em Brumadinho, onde 272 pessoas morreram.

A Vale chegou a ser premiada com o “desconto” de R\$ 15 bilhões no “Acordo da Vale”, feito pelo governo Zema, com autorização do judiciário e da Assembleia Legislativa (inclusive com votos da “oposição”).

PRIVATARIA EM MG

Zema e seu combo do terror



O que esses eventos mostram é o final do caminho pretendido por Zema, em Minas Gerais, numa escala muito superior. Os planos de Zema são um combo de terror:

- Privatização da Cemig (energia) e Copasa (saneamento) e, para isso, uma mudança na Constituição do estado, que prevê um plebiscito popular nesses casos.

- Privatização da Codemig (desenvolvimento econômico), que detém grande parte das reservas de nióbio no estado, mineral estratégico para vários tipos de indústrias de alta tecnologia.

- Regime de Recuperação Fiscal: a proposta prevê congelamento salarial, com apenas dois reajustes em nove anos, perdas de 50% na renda dos servidores, congelamento dos investimentos em Saúde, Educação, Segurança Pública etc., além do congelamento dos concursos públicos até 2032.

- Entrega do lítio: Minas Gerais detém cerca de 470 mil toneladas de reservas de lítio (descobertas). Atualmente os preços no mercado mundial estão em torno de U\$ 20 mil a tonelada.

- Isenções fiscais: Além da Lei Kandir, Zema beneficia os exportadores da Vale, da siderúrgica CSN e do agronegócio. Esse ano, por exemplo, o governo mineiro abriu mão de R\$ 13 bilhão em isenções de impostos e para ano que vem estão previstos outros R\$ 18 bilhões.

Para entregar as riquezas minerais do estado, Zema pre-

cisa cortar gastos e, ao mesmo tempo, reduzir impostos dos bilionários, fundos de investimentos e multinacionais. Precisa porque, em suas visitas a Nova York, Itália e, agora, China e Japão, tem vendido o Estado como paraíso para investimentos “livres de impostos”, livre de restrições ambientais. Boa parte desses fundos são investidores da Vale, da Enel e da indústria do nióbio, e sabem que não serão punidos por suas decisões.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4734JRD](https://bit.ly/4734JRD)**

LUTA

Greve geral contra Zema e seus ataques

Por tudo isso, os servidores estaduais estão promovendo uma grande Greve Geral neste dia 7 de novembro. Milhares de trabalhadores da Educação, da Saúde, da Segurança Pública (civil e agentes penitenciários), da CEMIG e da COPASA, e de diversos outros setores do funcionalismo estadual pa-

ralisaram as atividades, promovendo a maior greve geral da história no estado.

Nesse momento, é preciso total unidade da classe trabalhadora contra essa marcha ao desastre. A unidade e independência política da classe trabalhadora são fundamentais para enterrar, de vez, esse projeto de saque e espoliação.

Essas lutas dos servidores são, também, do conjunto da população do estado e do país. Por isso, entendemos que devem se alastrar e exigirem a retirada de todos projetos de desmonte dos serviços públicos, de retirada de direitos e de entrega das riquezas do estado. Além disso, é preciso rever todo o modelo que coloca as estatais

como fonte de rapina de fundos de investimentos, como a BlackRock ou a Dinâmica.

- Reestatização total das ações da Cemig, da Copasa e Codemig;
- Não ao Regime de Recuperação Fiscal;
- Abaixo as isenções fiscais aos grandes empresários e multinacionais.



- Direito de sindicalização e organização de polícias militares.
- Reestatização da Vale, do nióbio e lítio.

20 DE NOVEMBRO

Lições para aprendermos com nossos antepassados de Palmares



WAGNER MIQUÉIAS DAMASCENO, DA SECRETARIA NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU

No dia 20 de novembro de 1695, Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, tombava pelas armas dos mercenários liderados pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Com a queda de Zumbi, caía também a República de Palmares.

Zumbi havia assumido a liderança de Palmares ao destituir seu tio, Ganga Zumba, após este ter firmado um pacto com o governador da Capitania de Pernambuco. Zumbi

bi sabia que não era possível estabelecer pacto algum com os escravocratas, afinal, a riqueza dos senhores de escravos exigia a escravização dos negros e negras.

OBSTÁCULO AO ESCRAVISMO COLONIAL

De todos os quilombos que existiram no Brasil, Palmares foi o mais importante e um dos mais longevos: foram 60 anos de existência num território

que abrangia os estados de Alagoas e Pernambuco.

Com uma população de aproximadamente 30 mil pessoas, Palmares havia se tornado, nas palavras do sociólogo Clóvis Moura, “no mais sério obstáculo ao desenvolvimento da economia escravista da região”. Sua forma de organização e a economia comunitária de Palmares desafiavam a desigual economia colonial. Por isso, a classe dominante mobilizou enormes esforços para destruí-lo.

A lembrança de Palmares não se resume apenas a Zumbi.

Dentre suas lideranças estavam Acotirene e Dandara, líderes políticas e militares e expressões do elevado papel desempenhado pelas mulheres negras quilombolas.

MANIPULAÇÃO DA HISTÓRIA

A classe dominante escravocrata tentou, a todo custo, apagar por completo a memória de Palmares, destruindo o território originário, assassinando em massa os quilombolas e ocultando propositalmente sua verdadeira história. A classe dominante contemporânea, composta pelos

modernos capitalistas, muitos deles herdeiros dos senhores de escravos, não faz por menos: elege os sanguinários bandeirantes como heróis nacionais e financia políticos e escritores para falsificarem a história da escravidão e das lutas negras pela liberdade.

Por isso, o 20 de novembro assume um significado muito maior do que um feriado para o povo negro e classe trabalhadora. É uma lembrança viva da luta dos explorados e oprimidos por sua liberdade e por uma outra sociedade.

EXEMPLO

O que podemos aprender com Zumbi



Uma das principais lições é que a conquista da verdadeira liberdade só pode vir através da luta daqueles que são explorados e oprimidos.

Uma segunda lição é que os interesses dos explorados e dos exploradores são sempre inconciliáveis. Por isso, os explorados devem zelar por sua independência de classe. Isso foi verdadeiro durante os quatro séculos de escravidão no Brasil, e

segue sendo ainda mais verdadeiro hoje.

No capitalismo, a fonte da riqueza dos burgueses advém da exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores gostariam de viver de outra maneira e desfrutar de toda riqueza que produzem. Os burgueses querem manter as coisas do jeito que estão e seguir explorando os trabalhadores. São interesses inconciliáveis.

CONCLUIR O LEGADO

Quem tem medo de novos Palmares?

Nem é preciso dizer que Bolsonaro e sua gangue tem um ódio mortal dos negros e negras. Porém, é preciso reconhecer que as coisas não mudaram profundamente com o governo Lula. Em março deste ano, Lula disse que a escravidão “causou uma coisa boa, que foi a mistura, a miscigenação”. Uma fala racista, afinal sabemos que a miscigenação foi resultado da violência sexual praticada pelos colonizadores contra as mulheres negras e indígenas.

E como se não bastasse esse tipo de declaração, o governo Lula vem produzindo uma série de medidas que atacam os trabalhadores, em especial, negras e negros. É o caso do Arcabouço Fiscal, que corta investimentos nos serviços públicos, prejudicando principalmente trabalhadores e negros, os que mais necessitam desses serviços. É o caso da Lei Antidrogas sancionada pelo próprio Lula, em 2006, e que hoje é a principal justificativa para a chamada guerra às drogas e chacinas que exterminam a juventude

negra nas favelas e periferias. É o caso do Decreto Federal 11.498 de abril deste ano, que ampliou a privatização dos serviços públicos para a Educação, Saúde e Sistema prisional.

Se Bolsonaro é abertamente racista e não fazia questão de esconder que governava para os ricos, Lula age diferente. Enquanto aperta a mão da burguesia, dissimula esses compromissos acenando com a outra mão para os trabalhadores e para os negros. Se Bolsonaro personifica a sanha escravocrata, Lula personifica a traição daqueles que tentam desarmar os explorados e oprimidos em nome de pactos com a classe dominante.

Neste 20 de novembro, o povo negro e a classe trabalhadora devem tomar as ruas para denunciar toda a violência sofrida, exigir o fim do genocídio do povo negro e pobre, a revogação da Lei Antidrogas e do decreto 11.498/23.



Palmares, tombou. Mas seu legado e seu exemplo de luta seguem mais necessários do que nunca. Cabe a nós concluir a tarefa iniciada por nossos antepassados, derrubando esse sistema capitalista e construindo uma sociedade superior, uma sociedade socialista livre de toda exploração e opressão.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/49VBTBA](https://bit.ly/49vbtba)